

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS

2006

Toyota Caetano Portugal, S.A.

Relatório de Conselho de Administração

INTRODUÇÃO

Conforme oportuna divulgação ao mercado, a Toyota Caetano Portugal, S.A. surge como a nova designação da Salvador Caetano Indústrias Metalúrgicas e Veículos de Transporte, S.A., cujo nome foi adoptado em 1966 após a alteração da original Martins & Caetano, Lda., fundada em 1946.

A renomeação da Salvador Caetano I.M.V.T., S.A. para Toyota Caetano Portugal, S.A. tem subjacente um processo de reestruturação que visa a concentração do negócio Toyota no Grupo. Todas as unidades de negócio, participadas pela Toyota Caetano Portugal, que não estejam directa ou indirectamente ligadas à Toyota, a partir de 2007, não farão parte do perímetro deste Grupo.

ENQUADRAMENTO

Em 2006 a economia portuguesa ficou marcada por um crescimento do Produto Interno Bruto, fruto do comportamento registado nas Exportações, mas insuficiente para acompanhar a média europeia.

A subida das taxas de juro, indexada ao preço do petróleo, e o aumento significativo da taxa de desemprego foram factores que condicionaram o aumento de confiança dos consumidores e empresários, levando à redução do Investimento.

No quadro abaixo evidencia-se o comportamento de alguns indicadores macroeconómicos registados na economia portuguesa nos anos de 2005 e 2006.

(%)	2005	2006
PIB	0,3	1,2
Procura Interna	0,6	0,1
Exportações	0,9	9,3
Importações	1,7	4,3

Fonte: Banco de Portugal

As perspectivas para o ano de 2007 apontam para um crescimento da economia superior ao verificado em 2006, no entanto, ainda afastado dos países da zona euro.

O aumento do consumo privado, sustentado por uma melhoria do rendimento disponível, aliado a um abrandamento da subida das taxas de juro, permite antever uma ligeira expansão económica.

MERCADO NACIONAL

O desempenho do Grupo Toyota Caetano Portugal, na sua essência ligado ao sector automóvel, deverá ser avaliado tendo em conta a evolução deste sector.

Assim, num quadro de um ténue ressurgimento da economia portuguesa, o sector automóvel continua a contrariar essa inversão de ciclo, tendo registado uma quebra de 4,8%, face a igual período de 2005. Neste contexto, a marca Toyota, representada pelo Grupo, com um comportamento contrário ao mercado aumentou as suas vendas em 7% tendo sido a marca que mais cresceu comparativamente às suas mais directas concorrentes. Desta forma, colocar a Toyota no *ranking* das 5 marcas mais vendidas em Portugal, em 2010, é um objectivo cada vez mais próximo de alcançar.

Decorrente da aprovação do Orçamento de Estado para 2007, a carga fiscal sobre os veículos automóveis será desagradada pelo que se estima que este facto seja potenciador de crescimento do mercado automóvel.

Fazemos agora uma breve referência a cada uma das empresas operacionais do Grupo Toyota Caetano Portugal com sede no mercado nacional:

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S. A.

Globalmente, a actividade da Toyota Caetano Portugal, em 2006, caracterizou-se por um bom desempenho dos diferentes sectores da empresa, nomeadamente no que se refere à manutenção dos índices de qualidade de serviço na unidade fabril do Carregado, à continuidade dada ao projecto de transferência da produção do modelo Toyota Dyna do Japão para Portugal e ao aumento de vendas de viaturas Toyota que proporcionaram um aumento de quota de mercado.

O lançamento do modelo IS 220d, primeiro modelo da Lexus a diesel, associado ao bom desempenho dos modelos híbridos da marca fizeram com que em 2006 fossem vendidas 365 viaturas Lexus, o que representa um crescimento de 576% face ao ano de 2005.

Em 2007, com o lançamento do modelo Auris e da nova geração Corolla, a Toyota Caetano Portugal mantém a expectativa de continuar a ganhar quota de mercado, rumo ao objectivo de em 2010 a Toyota estar entre as 5 marcas mais vendidas em Portugal.

De forma a fazer uma abordagem global da evolução do negócio, elegeu-se um painel de indicadores, traduzidos no quadro abaixo, comuns a todas as empresas do Grupo e apresentados na unidade monetária Euro.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	363.451.350	382.660.904	5,29%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	19.172.900	22.124.924	15,40%
E.B.I.T.	12.184.041	14.880.701	22,13%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	9.250.427	10.381.384	12,23%

Nota: No âmbito do processo de reestruturação oportunamente divulgado com vista à concentração da actividade do Grupo no negócio Toyota, a unidade fabril do Carregado será constituída como unidade autónoma de negócio.

CAETANOBUS – FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS, S.A.

At través de uma parceria estabelecida entre o Grupo Salvador Caetano e a Evobus foi criada a empresa Caetanobus cuja actividade se encontra exclusivamente centrada na fabricação de carroçarias para autocarros.

O processo de reestruturação levado a cabo nos dois últimos exercícios, com vista à adaptação da empresa ao mercado, permitiu uma significativa melhoria de produtividade, sempre assente em níveis elevados de qualidade.

Em 2006, a boa aceitação dos modelos Cobus e Tourino com vendas de 261 e 174 unidades, respectivamente, foi fundamental para globalmente se terem facturado 575 autocarros.

Perante a carteira de encomendas que a empresa já dispõe para 2007, o objectivo de vendas aponta para 600 autocarros, estando 80% concentrado no Cobus e Tourino. Com este nível de facturação é previsível a manutenção dos resultados obtidos em 2006.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	46.384.766	63.003.860	35,83%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	1.650.165	5.588.724	238,68%
E.B.I.T.	-23.121	3.875.054	16859,89%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	-485.542	3.416.517	803,65%

Nota: Esta empresa, no âmbito do processo de reestruturação oportunamente divulgado com vista à concentração da actividade do Grupo no negócio Toyota, não fará parte do perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal, em exercícios futuros.

SALVADOR CAETANO – COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.

No Grupo Toyota Caetano Portugal, as vendas de retalho automóvel das marcas Toyota e Lexus encontram-se sob a responsabilidade da Salvador Caetano Comércio de Automóveis, quer directamente quer através da sua participada, Autopartner Comércio de Automóveis, recentemente criada em parceria com o Grupo Fernando Simão.

Com o objectivo de obtenção de sinergias operacionais na área de reparação automóvel e novamente em parceria com o Grupo Fernando Simão, foi criada a Autopartner II – Reparadora de Colisão Automóvel.

Em 2006, num quadro de retracção do mercado de viaturas ligeiras mas onde a Toyota evidenciou um crescimento de 13%, a Salvador Caetano Comércio de Automóveis respondeu por 72% das viaturas vendidas.

A sua participada, Autopartner Comércio de Automóveis registou vendas de 14 milhões de Euros, mais 21% do que em 2005, no entanto, esta dimensão ainda não é a suficiente para gerar resultados positivos. Este, traduziu-se num prejuízo de 3 mil Euros. Relativamente à Autopartner II – Reparadora de Colisão Automóvel, com perdas de 385 mil Euros, o seu volume de negócios situou-se em 4,5 milhões de Euros.

Com a alteração prevista da carga fiscal sobre as viaturas e o lançamento do novo modelo Auris, a Salvador Caetano Comércio de Automóveis tem expectativas positivas quanto à evolução do negócio.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	261.925.994	267.576.009	2,16%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	5.766.428	5.455.500	-5,39%
E.B.I.T.	967.234	1.281.589	32,50%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	1.115.492	1.665.460	49,30%

SALVADOR CAETANO – ALUGUER DE AUTOMÓVEIS, S.A.

A Salvador Caetano Aluguer de Automóveis assegura, no Grupo, a actividade de *rent-a-car*, com uma frota de viaturas e máquinas de movimentação de carga, essencialmente ligada à marca Toyota.

O forte incremento do volume de negócios em 2006 está associado a um crescimento da frota operacional de cerca de 60%, face a 2005, com especial incidência no segmento de subalugueres.

O efeito combinado do aumento de frota de subaluguer com a sazonalidade da actividade provocou um acréscimo significativo dos custos operacionais que só serão recuperados no ano de 2007.

Assim, para o ano em curso, a perspectiva da empresa é de manutenção do volume de negócios de 2006 e lucros de 455 mil Euros, tendo como premissas a manutenção da dimensão da frota e da sua taxa de ocupação que ronda os 100%.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	6.040.697	7.451.135	23,35%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	4.644.097	5.693.704	22,60%
E.B.I.T.	958.701	528.657	-44,86%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	171.036	-382.065	-323,38%

I.P.E. – INDÚSTRIA PRODUTORA DE ESPUMAS, S.A.

A IPE, com a sua actividade centralizada na produção de espumas e componentes para o ramo automóvel, encontra-se fortemente dependente de outras empresas do Grupo, nomeadamente da Caetanobus e da Toyota Caetano Portugal.

O crescimento verificado na área fabril de carroçarias para autocarros, do Grupo, proporcionou a evolução favorável registada ao nível das vendas, capaz de provocar a viragem nos resultados que a empresa vinha a registar.

Tendo em conta as perspectivas traçadas pelos seus principais clientes, para 2007, a empresa está confiante de que no decorrer do exercício será possível alcançar resultados ao nível dos registados em 2006.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	7.719.808	8.746.100	13,29%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	1.511	1.074.238	70985,55%
E.B.I.T.	-275.575	794.391	388,27%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	-326.492	704.344	315,73%

PORTIANGA – COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÕES, S.A.

Com a sua actividade exclusivamente centrada nas empresas que detém em África, nomeadamente em Angola e Cabo Verde, a Portianga evidencia um crescimento de actividade como consequência directa da evolução favorável que as empresas com sede naqueles países têm evidenciado.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	10.009.500	14.760.246	47,46%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	589.001	851.003	44,48%
E.B.I.T.	607.339	932.221	53,49%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	367.668	308.968	-15,97%

Nota: Esta empresa, no âmbito do processo de reestruturação oportunamente divulgado com vista à concentração da actividade do Grupo no negócio Toyota, não fará parte do perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal, em exercícios futuros.

MERCADO EUROPEU

No mercado europeu o Grupo Toyota Caetano Portugal está directamente relacionado com a actividade de produção, venda e assistência de autocarros. Nesta actividade, onde o turismo é factor crítico no crescimento da procura, alcançou-se um melhor desempenho ao longo de 2006 com especial relevo para o continuado sucesso do Cobus - autocarros para plataformas aeroportuárias.

Tendo em conta a presença do Grupo Toyota Caetano Portugal em diferentes países europeus faz-se uma breve referência a cada uma das empresas operacionais a operar em cada país:

ESPAÑA**SALVADOR CAETANO ESPANHA, S.A.**

Com sede em Madrid, a Salvador Caetano Espanha tem como objecto social a comercialização de autocarros bem como a sua assistência de após venda.

A empresa ao vender 21 autocarros novos em 2006, registou um crescimento de 50% face a 2005, num segmento de mercado que regrediu 19%. Desta forma a Salvador Caetano Espanha viu a sua quota de mercado evoluir para 11%.

Para o exercício de 2007 e na ausência de situações capazes de provocar alterações no mercado, é expectativa da empresa continuar a sua expansão de forma moderada.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	2.394.880	3.073.424	28,33%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	122.169	157.705	29,09%
E.B.I.T.	66.045	127.440	92,96%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	68.890	133.797	94,22%

Nota: Esta empresa, no âmbito do processo de reestruturação oportunamente divulgado com vista à concentração da actividade do Grupo no negócio Toyota, não fará parte do perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal, em exercícios futuros.

INGLATERRA

SALVADOR CAETANO UK, LTD.

Em Inglaterra, o Grupo está representado pela Salvador Caetano UK sendo esta responsável pela comercialização de autocarros produzidos na Caetanobus, bem como a assistência de após venda na zona centro do país.

Em 2006 e após a reestruturação levada a cabo em exercícios anteriores, com a comercialização de um novo modelo desenvolvido pela Caetanobus, com especificidades relevantes para este mercado, foi possível potenciar as suas vendas. A contribuir para o forte incremento de resultado encontra-se uma mais valia de cerca de 3,2 milhões de Euros registada na alienação de activos.

A expectativa de vendas para 2007 é de 166 autocarros, mais 34% do que no exercício em análise, contando para isso com a parceria comercial estabelecida com a National Express.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	13.890.476	22.513.605	62,08%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	-395.378	1.163.351	394,24%
E.B.I.T.	-610.371	985.911	261,53%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	-1.284.444	481.197	137,46%

Taxa de Câmbio 1€ = 0,681 GBP

CAETANO UK, LTD

A Caetano UK, anteriormente designada por Salvador Caetano Coachbuilders, situada em Waterlooville – Inglaterra, tem a sua actividade focalizada num importante centro de assistência a autocarros.

Após um longo período em que a empresa suportou custos acrescidos, com a reestruturação necessária para adaptar a estrutura da empresa à procura por parte do mercado, neste exercício a Caetano UK já entrou em zona de lucros tendo atingido um resultado de 338 mil Euros.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	5.979.087	6.845.433	14,49%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	239.769	-155.753	-164,96%
E.B.I.T.	318.303	490.379	54,06%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	-217.899	338.483	255,34%

Taxa de Câmbio 1€ = 0,681 GBP

Nota: Esta empresa, no âmbito do processo de reestruturação oportunamente divulgado com vista à concentração da actividade do Grupo no negócio Toyota, não fará parte do perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal, em exercícios futuros.

RELIANT COACHES, LTD.

A operar na área de aluguer de autocarros a Reliant Coaches, empresa detida a 100% pela Salvador Caetano UK, tem vindo a perder dimensão pelo que actualmente a sua actividade poder-se-á considerar marginal.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	1.109.984	738.051	-33,51%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	108.158	9.551	-91,17%
E.B.I.T.	-47.239	10.212	121,62%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	-93.009	-25.121	72,99%

Taxa de Câmbio 1€ = 0,681 GBP

Nota: Esta empresa, no âmbito do processo de reestruturação oportunamente divulgado com vista à concentração da actividade do Grupo no negócio Toyota, não fará parte do perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal, em exercícios futuros.

ALEMANHA**CONTRAC, GMBH**

Com sede na Alemanha, esta empresa tem como objecto social a comercialização, para todo o mundo, dos autocarros para plataformas de aeroporto – Cobus, fabricados na Caetanobus.

Com um volume de negócios de 102 milhões de Euros e resultados antes de impostos de 4,5 milhões de Euros, a empresa excedeu as expectativas que havia traçado para o período em análise, o que reflecte a boa aceitação dos seus produtos pelo mercado.

Sendo expectável que as condições de mercado não se alterem no decorrer de 2007 a Contrac espera atingir um volume de negócios ao nível do alcançado em 2006, com idêntica rentabilidade.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	77.374.933	101.646.636	31,37%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	3.452.616	5.170.487	49,76%
E.B.I.T.	3.263.780	5.240.061	60,55%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	2.749.574	4.512.532	64,12%

Nota: Esta empresa, no âmbito do processo de reestruturação oportunamente divulgado com vista à concentração da actividade do Grupo no negócio Toyota, não fará parte do perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal, em exercícios futuros.

MERCADO AFRICANO

O Grupo Toyota Caetano Portugal encontra-se presente em quatro países africanos, nomeadamente Cabo Verde, Angola, Moçambique e Guiné. Neste último as suas instalações encontram-se desactivadas. Cabo Verde e Angola, assumem-se cada vez mais como países com um nível de estabilidade política e económica merecedora da confiança dos agentes económicos, nomeadamente através da captação de investimento estrangeiro.

CABO VERDE**CABO VERDE MOTORS, S.A.**

Em Cabo Verde, o Grupo encontra-se representado pela Cabo Verde Motors para a comercialização do produto Toyota, onde detém a liderança de vendas.

O aumento do investimento nacional e estrangeiro, nomeadamente no sector de turismo, em conjugação com o prestígio que a empresa detém no mercado, fez com que esta registasse um crescimento exponencial do seu volume de negócios.

Em 2006 as viaturas vendidas atingiram as 600 unidades, representando um crescimento de 69% face a 2005.

Atendendo à evolução da economia cabo verdiana e à capacidade de captação de turistas que se tem feito notar no país, é de prever que, em 2007, o ritmo de crescimento da actividade da Cabo Verde Motors seja estável.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	8.985.853	14.137.893	57,34%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	1.004.628	1.577.887	57,06%
E.B.I.T.	582.214	1.174.766	101,78%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	541.708	1.208.246	123,04%

Taxa de Câmbio 1€ = 109,89 CVE

FORCABO – VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, Lda.

A Forcabo, localizada na cidade da Praia - Cabo Verde, é responsável pela comercialização dos produtos da marca Ford. A assistência da marca é assegurada pela Cabo Verde Motors.

De realçar a crescente implementação da Ford em Cabo Verde, onde o modelo *pickup* assume especial relevância. Em 2006, a Forcabo vendeu 299 viaturas, mais 90% do que em 2005.

Para 2007, a Empresa prevê conseguir assegurar os níveis de actividade alcançados no período em análise.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	2.667.759	4.925.306	84,62%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	293.393	689.718	135,08%
E.B.I.T.	241.970	662.674	173,87%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	231.894	647.456	179,20%

Taxa de Câmbio 1€ = 109,89 CVE

Nota: Esta empresa, no âmbito do processo de reestruturação oportunamente divulgado com vista à concentração da actividade do Grupo no negócio Toyota, não fará parte do perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal, em exercícios futuros.

ANGOLA**ROBERT HUDSON, LTD.**

Com sede em Luanda - Angola, a Robert Hudson desenvolve a sua actividade na comercialização de veículos da marca Ford.

Esta empresa, tem sabido aproveitar o período de prosperidade da economia angolana incrementando a sua actividade com uma boa rentabilidade.

Em 2007 a empresa prevê a abertura de instalações em Malange e Huambo, bem como estabelecer contactos para a obtenção da representação de outras marcas.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	14.404.863	20.990.984	45,72%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	2.037.880	3.470.248	70,29%
E.B.I.T.	1.762.203	2.548.145	44,60%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	815.770	1.142.131	40,01%

Taxa de Câmbio 1€ = 1,24 USD

Nota: Esta empresa, no âmbito do processo de reestruturação oportunamente divulgado com vista à concentração da actividade do Grupo no negócio Toyota, não fará parte do perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal, em exercícios futuros.

MOÇAMBIQUE**SALVADOR CAETANO MOÇAMBIQUE, S.A.R.L.**

Em Moçambique, o Grupo Toyota Caetano Portugal detém uma participação maioritária na empresa Salvador Caetano Moçambique, cujo objecto social é a construção, comercialização e reparação de carroçarias para autocarros.

Desde 2005, a empresa tem-se mantido sem actividade aguardando uma decisão de descontinuidade ou não de operações.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	2.811	623	-77,84%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	-38.039	-43.943	-15,52%
E.B.I.T.	-56.121	26.308	146,88%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	-186.948	-125.718	32,75%

Taxa de Câmbio 1€ = 29,287 MZM

Nota: Esta empresa, no âmbito do processo de reestruturação oportunamente divulgado com vista à concentração da actividade do Grupo no negócio Toyota, não fará parte do perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal, em exercícios futuros.

ACTIVIDADE FINANCEIRA

Conforme já referido, em Novembro de 2006, foi deliberado pelo Conselho de Administração, que todas as empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal cuja actividade não estivesse directa ou indirectamente ligada à Toyota deixariam de pertencer a este perímetro. Por força desta decisão, e em conformidade com o previsto na Norma Internacional de Relato Financeiro IFRS 5, o Grupo, nestas contas consolidadas, apresenta de forma isolada numa rubrica de operações descontinuadas os activos e passivos correspondentes àquelas empresas, bem como os respectivos resultados.

Ainda que se tenha mantido inalterado o perímetro de consolidação do Grupo, a alteração provocada pela aplicação da norma referida no parágrafo anterior, provocou uma variação significativa nos indicadores de negócio face à informação divulgada em períodos anteriores.

Tendo em conta a comparabilidade de dados, o Grupo registou um crescimento de 6% no seu volume de negócios, atingindo 516 milhões de Euros. Para esta situação contou com o especial contributo da Cabo Verde Motors, da Salvador Caetano UK e da Salvador Caetano Comércio de Automóveis.

Os resultados operacionais consolidados de 24,9 milhões de Euros espelham as melhores performances registadas na globalidade das empresas com actividade continuada. Em 2005 o valor deste agregado foi de 12,8 milhões de Euros. Excluídos os resultados financeiros, chegamos a um resultado antes de impostos de operações continuadas de 19,3 milhões de Euros, sendo estes superiores aos alcançados no período homólogo de 2005 em 138%.

O conjunto de empresas de operações descontinuadas participa para o resultado antes de impostos consolidado com 1,6 milhões de Euros quando, no exercício anterior, teve um contributo negativo de 246 mil Euros. Para esta situação foi relevante o excelente desempenho registado na Caetanobus e Robert Hudson.

Globalmente, o resultado líquido consolidado do Grupo atingiu os 15,4 milhões de Euros, triplicando os obtidos no exercício de 2005. Deste montante cerca de um milhão de Euros respeitam a minoritários.

A preocupação constante do Grupo de ser detentor de uma estrutura financeira equilibrada encontra-se traduzida na redução do endividamento bancário e obrigacionista, face a 2005, no montante de 27 milhões de Euros. Em termos absolutos aquele agregado ascendeu a 114 milhões de Euros. Esta situação permitiu uma evolução favorável do Grau de Autonomia Financeira para 36% quando em 2005 se situou em 34%.

CONCLUSÕES

Em 2006, as empresas do Grupo com actividade industrial, muito direccionada para o mercado externo, deram um contributo positivo para o Valor Acrescentado do País. Para 2007, com a perspectiva de total utilização da capacidade produtiva instalada, esperam continuar a ser uma alavanca para o incremento das exportações, nomeadamente no sector de máquinas e equipamento de transporte.

Ao nível das empresas comerciais, a sua ligação ao sector automóvel leva a que alterações do sistema fiscal associado a este mercado e a evolução do preço do petróleo, sejam factores condicionantes da evolução mais ou menos favorável do sector. No entanto, o lançamento de novos modelos da Toyota, deverá ser condição suficiente para continuar a persecução do objectivo da marca.

Por último, cumpre-nos continuar a garantir a total satisfação dos nossos clientes, factor fundamental para os valores do Grupo Toyota Caetano Portugal.

Vila Nova de Gaia, 16 de Março de 2007

O Conselho de Administração

Salvador Fernandes Caetano – Presidente
José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente
Tetsuo Agata
Yoshimasa Ishii
Maria Angelina Martins Caetano Ramos
Salvador Acácio Martins Caetano
Ana Maria Martins Caetano

SALVADOR CAETANO - I.M.V.T., S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	IAS/IFRS 31-12-2006	IAS/IFRS 31-12-2005
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Imobilizações incorpóreas	8	364.935	1.139.077
Imobilizações corpóreas	9	105.625.942	132.589.690
Propriedades de investimento	10	7.642.761	931.790
Investimentos em empresas associadas	11	1.098.968	2.691.701
Investimentos disponíveis para venda	11	16.967.025	12.774.764
Outras dívidas de terceiros	14	1.111.072	1.111.072
Activos por impostos diferidos	16	2.490.221	3.890.455
Clientes	13	1.902.854	217.051
Total de activos não correntes		<u>137.203.778</u>	<u>155.345.600</u>
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	12	95.098.164	110.683.519
Clientes	13	71.262.920	71.821.002
Outras dívidas de terceiros	14	5.199.020	7.440.593
Outros activos correntes	15	3.600.294	3.072.462
Caixa e equivalentes a caixa	17	8.805.848	16.333.258
Total de activos correntes		<u>183.966.246</u>	<u>209.350.834</u>
Activos não correntes detidos para venda	18	69.497.466	-
Total do activo		<u>390.667.490</u>	<u>364.696.434</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	19	35.000.000	35.000.000
Reserva legal		6.568.803	6.208.803
Reservas de reavaliação		6.195.184	6.187.307
Reservas de conversão		112.055	(331.840)
Reservas de conversão associadas a activos não correntes detidos para venda		(720.479)	-
Reservas de justo valor		7.234.880	4.013.129
Outras reservas		65.785.732	64.815.853
Resultado consolidado líquido do exercício		14.360.280	4.771.339
		<u>134.536.455</u>	<u>120.664.591</u>
Interesses minoritários	20	4.285.575	3.238.297
Total do capital próprio		<u>138.822.030</u>	<u>123.902.888</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de longo prazo	21	8.000.000	30.706.403
Empréstimos obrigacionistas	21	-	3.750.000
Responsabilidades por pensões	26	3.862.549	4.664.998
Outros passivos de médio e longo prazo		1.266.073	29.997
Passivos por impostos diferidos	16	5.022.825	4.199.957
Total de passivos não correntes		<u>18.151.447</u>	<u>43.351.355</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de curto prazo	21	102.730.286	103.758.798
Empréstimos obrigacionistas	21	3.750.000	3.750.000
Outros empréstimos		175.177	124.699
Fornecedores	23	44.308.643	53.194.215
Outras dívidas a terceiros	24	19.586.408	18.629.635
Outros passivos correntes	25	14.349.816	15.332.711
Provisões	27	1.960.090	2.074.250
Instrumentos derivados	22	97.195	577.883
Total de passivos correntes		<u>186.957.615</u>	<u>197.442.191</u>
Passivos associados a activos detidos para venda	18	46.736.398	-
Total do passivo e capital próprio		<u>390.667.490</u>	<u>364.696.434</u>

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2006.

O TÉCNICO DE CONTAS

ALBERTO LUÍS LEMA MANDIM

SALVADOR FERNANDES CAETANO – Presidente
 JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS – Vice-Presidente
 TETSUO AGATA
 YOSHIMASA ISHII
 MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS
 SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO
 ANA MARIA MARTINS CAETANO

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZASPARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	IAS/IFRS 31-12-2006	IAS/IFRS 31-12-2005 (Reexpressa)
Proveitos operacionais:			
Vendas	33	460.622.055	435.349.043
Prestações de serviços	33	24.071.161	21.891.935
Outros proveitos operacionais		31.798.138	25.793.540
Total de proveitos operacionais		516.491.354	483.034.518
Custos operacionais:			
Custo das vendas	12	367.538.066	353.441.309
Variação da produção	12	(805.942)	2.366.601
Fornecimentos e serviços externos		51.194.402	47.208.543
Custos com o pessoal	26	49.030.958	48.192.540
Amortizações e depreciações	8 e 9	17.002.924	15.924.709
Amortizações de propriedades de investimento	10	270.703	51.431
Provisões e perdas por imparidade	27	800.493	439.070
Outros custos operacionais		6.601.586	2.632.393
Total de custos operacionais		491.633.190	470.256.596
Resultados operacionais		24.858.164	12.777.922
Resultados relativos a empresas associadas	34	(9.551)	35.717
Custos financeiros	34	(6.847.129)	(5.242.067)
Proveitos financeiros	34	1.274.080	535.967
Resultados antes de impostos de operações continuadas		19.275.564	8.107.539
Impostos sobre o rendimento de operações continuadas	29	(4.474.443)	(2.918.456)
		14.801.121	5.189.083
Resultados antes de impostos de operações descontinuadas	18	1.553.743	(246.151)
Impostos sobre o rendimento de operações descontinuadas	18 e 29	(950.191)	(354.547)
		603.552	(600.698)
Resultado líquido consolidado do exercício		15.404.673	4.588.385
Resultado líquido consolidado das operações continuadas			
Atribuível:			
ao Grupo		14.707.295	5.188.240
a interesses minoritários		93.826	843
		14.801.121	5.189.083
Resultado líquido consolidado das operações descontinuadas			
Atribuível:			
ao Grupo		(347.015)	(416.901)
a interesses minoritários		950.567	(183.797)
	18	603.552	(600.698)
Resultados por acção:			
Básico			
de operações continuadas		0,423	0,148
de operações descontinuadas		0,017	-0,017
		0,423	0,148
Diluído			
de operações continuadas		0,423	0,148
de operações descontinuadas		0,017	-0,017
		0,440	0,131

O Anexo faz parte integrante da demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

O TÉCNICO DE CONTAS
ALBERTO LUÍS LEMA MANDIM

SALVADOR FERNANDES CAETANO – Presidente
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS – Vice-Presidente
TETSUO AGATA
YOSHIMASA ISHII
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO
ANA MARIA MARTINS CAETANO

ANEXO AO BALANÇO

E

À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (anteriormente denominada Salvador Caetano – Indústrias Metalúrgicas e Veículos de Transporte, S.A.) (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia e que se insere num Grupo (“Grupo Toyota Caetano”), cujas empresas exercem, sobretudo, actividades económicas inseridas no ramo automóvel, nomeadamente, a importação, montagem e comercialização de automóveis ligeiros e pesados, a indústria de autocarros, a comercialização de equipamento industrial de movimentação de cargas, a comercialização de peças para veículos, bem como a correspondente assistência técnica. Adicionalmente, o Grupo exerce a actividade de tratamento de superfície que abrange a pintura industrial e a lacagem dos ramos civil e auto.

Com efeitos a partir de Maio de 2005, as funções do Departamento de Logística de peças Toyota (importação e distribuição), no âmbito de um projecto Paneuropeu da nossa representada, passou para uma empresa do Grupo Toyota, Toyota Logísticos Serviços Portugal Unipessoal, Lda, continuando a operar no nosso armazém central.

Também a partir de Julho de 2005 a representação de máquinas de movimentação de terras deixou de existir em consequência da não renovação do contrato por parte da nossa agora ex-representada Liebherr.

Entretanto e por deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 20 de Novembro de 2006 e na sequência da proposta do Conselho de Administração de 13 de Outubro de 2006 foi decidido alienar em 2 de Janeiro de 2007 todos os negócios “não Toyota” detidos directa e indirectamente pelo Grupo como forma de garantir uma cada vez maior concentração de esforços no negócio Toyota, e assim assegurar à marca e em Portugal um crescimento condizente com a notoriedade que já detém ao nível de quase todos os outros mercados mundiais (ver comunicado ao Mercado de 20 de Novembro de 2006). Em virtude da referida decisão, e em conformidade com o previsto na Norma Internacional de Relato Financeiro IFRS 5 – “Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”, o Grupo apresenta os activos e passivos correspondentes às operações que terão sido objecto de alienação, bem como os respectivos resultados em linhas separadas do Balanço e da Demonstração dos resultados (Notas 18 e 40).

Como sequência lógica do atrás exposto foi também por deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 22 de Dezembro de 2006 decidido, entre outros assuntos, alterar a denominação social da Empresa para Toyota Caetano Portugal SA.

As acções da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde Outubro de 1987.

Em 31 de Dezembro de 2006, as Empresas que constituem o Grupo Toyota Caetano, suas respectivas sedes e abreviaturas utilizadas, são como segue:

Empresas	Sede
<u>Com sede em Portugal:</u>	
Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Empresa-mãe”)	Vila Nova de Gaia
Saltano – Investimentos e Gestão, S.G.P.S., S.A. (“Saltano”)	Vila Nova de Gaia
IPE – Indústria Produtora de Espumas, S.A. (“IPE”)	Carvalhos
Portianga, S.A. (“Portianga”)	Vila Nova de Gaia
Salvador Caetano – Aluguer de Automóveis, S.A. (“S.C. Aluguer”)	Vila Nova de Gaia
Caetanobus-Fabricação de Carroçarias, S.A. (“Caetanobus”)	Vila Nova de Gaia
Salvador Caetano - Comércio de Automóveis, S.A. (“S.C. Com. Automóveis”)	Vila Nova de Gaia
Auto Partner SGPS, S.A. (“Auto Partner SGPS”)	Vila Nova de Gaia
Auto Partner-Comércio de Automóveis, S.A. (“Auto Partner”)	Vila Nova de Gaia
Auto Partner II-Reparadora de Colisão Automóvel, S.A. (“Auto Partner II”)	Vila Nova de Gaia
<u>Com sede noutros países:</u>	
Salvador Caetano (UK), Ltd. (“Salvador Caetano UK”)	Leicestershire (Inglaterra)
Salvador Caetano (Espanha), S.A. (Salvador Caetano Espanha”)	Madrid (Espanha)
Contrac GMBH (“Contrac”)	Wiesbaden (Alemanha)
Robert Hudson, Ltd. (“Robert Hudson”)	Luanda (Angola)
Steia – Sociedade Técnica de Equipamentos Industriais e Acessórios, S.A.R.L. (“Steia”)	Bissau (Guiné-Bissau)
Salvador Caetano (Moçambique), S.A.R.L. (“Salvador Caetano Moçambique”)	Maputo (Moçambique)
Cabo Verde Motors (“Cabo Verde Motors”)	Praia (Cabo Verde)
Caetano UK, Ltd. (“Caetano UK”, ex-Salvador Caetano Coachbuilders, Ltd.)	Leicestershire (Inglaterra)
Reliant Coaches, Ltd. (“Reliant Coaches”)	Leicestershire (Inglaterra)
Forcabo – Veículos Automóveis, Lda. (“Forcabo”)	Praia (Cabo Verde)
Indicabo – Veículos Automóveis, Lda. (“Indicabo”)	Praia (Cabo Verde)

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política descrita no ponto 2.2 d).

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As bases de apresentação e as principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – “IAS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), em vigor em 1 de Janeiro de 2006.

As demonstrações financeiras intercalares são apresentadas trimestralmente de acordo com a IAS 34 – “Relato Financeiro Intercalar”.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros ao justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 4 e 6).

Em 31 de Dezembro de 2006 a IFRS 7 – “Instrumentos financeiros” estava já emitida, mas a sua aplicação apenas é obrigatória para os exercícios com início em ou após 1 de Janeiro de 2007, tendo o Grupo Toyota Caetano decidido não optar pela adopção antecipada da mesma. Da aplicação desta norma resultará apenas um acréscimo de informação divulgada.

Por último, a apresentação das demonstrações financeiras e respectivo anexo teve em consideração o previsto na Norma Internacional de Relato Financeiro IFRS 5 – “Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas” no que se refere à decisão tomada em 2006, de alienação de todos os negócios “não Toyota”, conforme explicitado na Nota Introdutória e na Nota 18.

2.2. Princípios de consolidação

São os seguintes os princípios de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou Sócios e detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados, na rubrica “Interesses minoritários”. As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Nas situações em que os prejuízos atribuíveis aos accionistas minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os accionistas minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como uma diferença de consolidação. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do exercício após confirmação do justo valor atribuído. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transacções, as margens geradas entre empresas do Grupo, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como diferenças de consolidação e mantidas no valor da rubrica “Investimentos em empresas associadas”. Se essas diferenças forem negativas são registadas como um proveito do período na rubrica da demonstração dos resultados “Resultados relativos a empresas associadas”.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objecto de reversão (com excepção para a parcela imputável a diferenças de consolidação).

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados nas Notas 6 e 11.

c) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e o justo valor dos activos e passivos identificáveis (incluindo os passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica “Diferenças de consolidação”, e quando negativas, são registadas como proveitos directamente na demonstração dos resultados.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas associadas e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na própria rubrica “Investimentos em empresas associadas”, e quando negativas, são registadas como proveitos directamente na demonstração dos resultados.

Em 31 de Dezembro de 2006 as demonstrações consolidadas anexas não incluem Diferenças de consolidação.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data do balanço, e os custos e os proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial gerada após 1 de Janeiro de 2004 é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão”. As diferenças cambiais acumuladas geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de “Outras reservas”.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

As cotações utilizadas na conversão para Euros foram as seguintes:

Rubricas	Moeda	Câmbio Final 2006	Câmbio Histórico Médio 2006	Câmbio Data Constituição	Câmbio Final 2005
SC (UK), Ltd.	GBP	1,49218	1,46934	1,42645	1,46214
Cabo Verde Motors, SARL	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
SC Moçambique, SARL	MZM	0,032758	0,034145	0,000037	0,000037
Robert Hudson, Ltd	USD	0,76080	0,80653	0,84940	0,84940
Forcabo, Lda	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Caetano UK Limited	GBP	1,49218	1,46934	1,47855	1,46214
Reliant Coaches, Ltd	GBP	1,49218	1,46934	1,46214	1,46214
Aplicabilidade		Contas Balanço excepto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

2.3. Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos usados pelo Grupo Toyota Caetano na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o início da utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
- Edifícios e outras construções	20 - 50
- Equipamento básico	7 - 16
- Equipamento de transporte	4 - 5
- Ferramentas e utensílios	4 - 14
- Equipamento administrativo	3 - 14
- Taras e vasilhame	5 - 11

Excepção feita a activos afectos às seguintes empresas:

(i) Salvador Caetano – Aluguer de Automóveis, S.A. no que diz respeito ao equipamento de transporte em que se pratica o regime de duodécimos das amortizações a partir do momento em que o bem entra em funcionamento até ao fim da sua vida útil; este tratamento diferenciado deve-se à especificidade do negócio de rent-a-car.

(ii) Salvador Caetano – Comércio de Automóveis, S.A. que amortiza por duodécimos as viaturas de serviço adquiridas no ano.

O Conselho de Administração entende que a amortização numa base anual, com as excepções assinaladas não produzem um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

As despesas com reparação e manutenção de imobilizado são consideradas como custo no exercício em que ocorrem.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registadas ao custo de aquisição. Estas imobilizações são transferidas para imobilizado corpóreo e amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate de imobilizado corpóreo são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros proveitos operacionais” ou “Outros custos operacionais”.

b) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o Grupo as puder controlar e se puder medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de Software são registados como custos na demonstração dos resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As imobilizações incorpóreas são amortizadas, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos.

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a activos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização são registadas ao custo de aquisição.

d) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos immobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro e, conseqüentemente, o custo do activo é registado no immobilizado corpóreo e as correspondentes responsabilidades são registadas como contas a pagar a fornecedores. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o immobilizado corpóreo amortizado de acordo com a vida útil dos bens.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

e) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Os produtos acabados e intermédios bem como os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa, gastos gerais de fabrico e serviços executados no exterior.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências.

f) Subsídios

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidos a fundo perdido, para financiamento de immobilizações corpóreas, são registados, apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento, nas rubricas “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” sendo reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das immobilizações corpóreas subsidiadas.

g) Imparidade dos activos não correntes

É efectuada uma avaliação de imparidade dos activos do Grupo à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para activos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Outros proveitos operacionais”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

h) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 27).

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

j) Instrumentos financeiros

i) Investimentos

Os investimentos detidos pelo Grupo são classificados como segue:

Investimentos detidos até à maturidade, designados como activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada, e relativamente aos quais existe a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade. Estes investimentos são classificados como Activos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço.

Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (“Investimentos detidos para negociação”), fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos com o objectivo de obtenção de lucros no curto prazo e são classificados como Activos não correntes.

Investimentos disponíveis para venda, designados como todos os restantes investimentos que não sejam considerados como detidos até à maturidade ou mensurados ao justo valor através de resultados, sendo classificados como Activos não correntes.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago; no caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda, são incluídas as despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data de balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Os investimentos financeiros disponíveis para venda representativos de partes de capital em acções de empresas não cotadas são registados ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de liquidação financeira.

ii) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros que não vençam juros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflectam o seu valor presente realizável líquido.

As dívidas de terceiros que vençam juros (nomeadamente as respeitantes a vendas de viaturas a prestações) são registadas no activo pelo seu valor total, sendo a parcela respeitante aos juros registada no passivo, como um proveito diferido, e reconhecida na demonstração dos resultados em função do seu vencimento.

iii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

iv) Contas a pagar

As contas a pagar que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

v) Instrumentos derivados

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação.

Os instrumentos financeiros derivados (“Cash-flow hedges”) contratados pelo Grupo (essencialmente *swaps* de taxas de juro), embora tenham o objectivo específico de cobertura de riscos financeiros inerentes ao negócio (risco de variação de taxa de juro), não se enquadram totalmente nos requisitos definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura. Consequentemente, estes instrumentos financeiros são registados ao seu justo valor à data de balanço, sendo as variações desse justo valor reconhecidas directamente na demonstração dos resultados do exercício (Nota 22).

vi) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

k) Responsabilidades por pensões

O Grupo Toyota Caetano constituiu por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de Janeiro de 1994, em 29 de Dezembro de 1995 e em 23 de Dezembro de 2002.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto o Grupo Salvador Caetano mantiver a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores possam vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não actualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições. Estes complementos de reforma configuram um plano de benefícios definidos, tendo sido constituído para o efeito um Fundo de pensões autónomo.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos actuariais dessas responsabilidades determinadas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”.

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data de balanço representam o valor presente dos benefícios futuros ajustado de ganhos ou perdas actuariais e/ou de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas, reduzido do justo valor dos activos líquidos do fundo de pensões (Nota 26).

l) Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos divulgados no Anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo mas divulgados no Anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

m) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo, e considera a tributação diferida.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de diferenças de consolidação ou do reconhecimento inicial de activos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

n) Especialização de exercícios e Rédito

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros activos correntes” e “Outros passivos correntes”.

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos.

o) Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual de cada sociedade, apurado nas suas contas individuais, tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

p) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os activos e os passivos por impostos diferidos.

q) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

r) Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e geográficos aplicáveis ao Grupo.

A informação relativa ao rédito ao nível dos segmentos de negócios identificados é incluída na Nota 31.

s) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo (e o conjunto de activos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições actuais. Adicionalmente, devem estar em curso acções que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor, deduzido de custos com a sua venda.

t) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (Nota 40).

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. EMPRESAS DO GRUPO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respectiva proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, são como segue:

Empresas	Percentagem de participação efectiva	
	Dez-06	Dez-05
Toyota Caetano Portugal, SA	Empresa Mãe	
Saltano - Investimentos e Gestão (SGPS), SA	99,98%	99,98%
Salvador Caetano (UK), Ltd	99,82%	99,82%
IPE - Indústria Produtora de Espumas, SA	99,98%	99,98%
Portianga - Comércio Internacional e Participações, SA	99,98%	99,98%
Salvador Caetano España, SA	99,23%	99,23%
Cabo Verde Motors SARL	99,99%	99,99%
Salvador Caetano Moçambique, SARL	63,33%	63,33%
Robert Hudson, Ltd	99,98%	99,98%
Forcabo-Veículos Automóveis, Lda	99,91%	99,91%
Salvador Caetano Aluguer Automóveis, SA	99,98%	99,98%
Caetano UK Limited	99,82%	99,82%
Reliant Coaches, Ltd	99,82%	99,82%
Caetanobus-Fabricação de Carroçarias, SA	73,98%	73,98%
Salvador Caetano Comércio Automóveis, SA	92,89%	92,89%

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, conforme estabelecido pelo IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais” (controlo da subsidiária através da maioria dos direitos de voto, ou de outro mecanismo, sendo titular de capital da empresa – Nota 2.2 a)).

5. EMPRESAS DO GRUPO EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas do Grupo excluídas da consolidação em 31 de Dezembro de 2006, suas sedes sociais e proporção do capital detido, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Capital Detido	
		Nominal	Efectivo
Steia - Soc. Técn. Equipam. Industriais e Acessórios, SARL	Bissau	100,00%	99,99%
Indicabo - Veículos Automóveis, Lda	Cabo Verde	100,00%	99,90%

A Steia – Sociedade Técnica de Equipamentos Industriais e Acessórios, S.A.R.L. foi excluída da consolidação, e está registrada ao custo de aquisição, deduzido de uma provisão para fazer face ao risco de desvalorização, encontrando-se actualmente inactiva. A Indicabo – Veículos Automóveis, Lda. foi excluída por suspensão de actividade. O Conselho de Administração entende que a não consolidação destas filiais não produz um efeito relevante nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

6. EMPRESAS ASSOCIADAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas Associadas incluídas na consolidação pela aplicação do método da equivalência patrimonial e a proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, são como segue:

Empresas	Percentagem de participação efectiva	
	Dez-06	Dez-05
Contrac GMBH	33,33%	33,33%
Auto Partner SGPS, SA	46,45%	46,45%
Auto Partner-Com. Auto, SA	46,45%	46,45%
Auto Partner II, SA	46,45%	46,45%

7. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 não ocorreram alterações no perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano.

8. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os movimentos ocorridos nas imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2006					
	Despesas de Instalação	Despesas de Desenvolvimento	Propriedade Industrial e outros direitos	Trespases	Adiantamentos por c/ Imob. Incorpóreo	Total
Activo bruto:						
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2005	71.399	4.218.786	62.162	1.065.053	40.200	5.457.600
Adições	194.450	582.464	-	-	20.230	797.144
Alienações	-18.456	-	-	-	-	-18.456
Transferências e abates	-104.613	37.893	-19.412	-	-	-86.132
Saldo final em 31 de Dezembro de 2006	142.780	4.839.143	42.750	1.065.053	60.430	6.150.156
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2005	71.399	3.139.321	42.750	1.065.053	-	4.318.523
Amortização do exercício	8.000	813.318	-	-	-	821.318
Alienações, abates e transferências	-47.934	100.285	-	-	-	52.351
Saldo final em 31 de Dezembro de 2006	31.465	4.052.924	42.750	1.065.053	-	5.192.192
Valor líquido	111.315	786.219	-	-	60.430	957.964
Activos detidos para venda (Nota 18)	57.752	535.277	-	-	-	593.029
Valor líquido	53.563	250.942	-	-	60.430	364.935

A amortização do exercício de 2006 encontra-se distribuída como segue:

	Dez-06	Dez-05
Operações continuadas	199.486	240.493
Operações descontinuadas	621.832	574.916
	<u>821.318</u>	<u>815.409</u>

2005						
	Despesas de Instalação	Despesas de Desenvolvimento	Propriedade Industrial e outros direitos	Trespases	Adiantamentos por c/ Imob. Incorpóreo	Total
Activo bruto:						
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2004	83.094	3.632.031	19.412	1.063.058	-	4.797.595
Adições	62.011	1.126.794	-	-	-	1.188.805
Alienações	-48.788	-	-	-19.533	-	-68.321
Transferências e abates	-24.918	-540.039	42.750	21.528	40.200	-460.479
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2005	<u>71.399</u>	<u>4.218.786</u>	<u>62.162</u>	<u>1.065.053</u>	<u>40.200</u>	<u>5.457.600</u>
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2004	59.220	2.474.133	-	1.063.030	-	3.596.383
Amortização do exercício	-	801.161	14.248	-	-	815.409
Alienações, abates e transferências	12.179	-135.973	28.502	2.023	-	-93.269
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2005	<u>71.399</u>	<u>3.139.321</u>	<u>42.750</u>	<u>1.065.053</u>	<u>-</u>	<u>4.318.523</u>
Valor líquido	<u>-</u>	<u>1.079.465</u>	<u>19.412</u>	<u>-</u>	<u>40.200</u>	<u>1.139.077</u>

9. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os movimentos ocorridos nas imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2006										
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Ferramentas e Utensílios	Equipamento Administrativo	Outras Imobilizações Corpóreas	Imobilizações em Curso	Adiantamentos p/ conta imob. Corpóreas	Total
Activo bruto:										
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2005	27.905.332	109.261.976	53.891.780	43.033.851	10.643.691	8.799.717	4.101.079	5.778.286	395.650	263.811.362
Adições	3.740.903	5.766.088	5.493.284	38.591.769	907.171	393.044	404.150	2.793.098	11.963	58.101.470
Alienações e abates	-4.885.397	-6.596.312	-549.323	-31.177.464	-191.292	-168.416	-109.874	-574.217	-	-44.252.295
Transferências	-3.843.872	-4.429.440	583.579	1.152.697	-69.575	-172.483	-36.668	-2.731.597	-243.039	-9.790.398
Saldo final em 31 de Dezembro de 2006	<u>22.916.966</u>	<u>104.002.312</u>	<u>59.419.320</u>	<u>51.600.853</u>	<u>11.289.995</u>	<u>8.851.862</u>	<u>4.358.687</u>	<u>5.265.570</u>	<u>164.574</u>	<u>267.870.139</u>
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:										
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2005	-	59.568.417	37.557.197	13.976.061	9.729.952	7.733.128	2.656.917	-	-	131.221.672
Amortização do exercício	-	4.440.270	3.452.307	10.969.501	823.220	501.730	306.669	-	-	20.493.697
Alienações, abates e transferências	-	-4.091.049	-503.501	-8.979.345	-230.750	-327.706	-58.974	-	-	-14.191.325
Saldo final em 31 de Dezembro de 2006	<u>-</u>	<u>59.917.638</u>	<u>40.506.003</u>	<u>15.966.217</u>	<u>10.322.422</u>	<u>7.907.152</u>	<u>2.904.612</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>137.524.044</u>
Valor líquido	<u>22.916.966</u>	<u>44.084.674</u>	<u>18.913.317</u>	<u>35.634.636</u>	<u>967.573</u>	<u>944.710</u>	<u>1.454.075</u>	<u>5.265.570</u>	<u>164.574</u>	<u>130.346.095</u>
Activos detidos para venda (Nota 18)	2.624.301	9.419.240	9.126.686	611.028	207.789	90.589	642.512	1.998.008	-	24.720.153
Valor líquido	<u>20.292.665</u>	<u>34.665.434</u>	<u>9.786.631</u>	<u>35.023.608</u>	<u>759.784</u>	<u>854.121</u>	<u>811.563</u>	<u>3.267.562</u>	<u>164.574</u>	<u>105.625.942</u>

A amortização do exercício de 2006 encontra-se distribuída como segue:

	Dez-06	Dez-05
Operações continuadas	16.803.438	15.684.216
Operações descontinuadas	3.690.259	3.341.694
	<u>20.493.697</u>	<u>19.025.910</u>

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Ferramentas e Utensílios	Equipamento Administrativo	Outras Imobilizações Corpóreas	Imobilizações em Curso	Adiantamentos p/ conta imob. Corpóreas	Total
Activo bruto:										
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	27.626.733	107.491.435	53.963.935	48.052.033	10.330.547	11.479.533	3.502.804	2.287.012	-	264.734.032
Adições	329.086	1.518.350	1.668.603	30.484.713	857.018	306.084	614.084	3.790.924	-	39.568.862
Alienações e abates	-97.239	-237.314	-1.961.671	-36.325.283	-566.545	-3.220.802	-46.372	-178.873	-	-42.634.099
Transferências	46.752	489.505	220.913	822.388	22.671	234.902	30.563	-120.777	395.650	2.142.567
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	27.905.332	109.261.976	53.891.780	43.033.851	10.643.691	8.799.717	4.101.079	5.778.286	395.650	263.811.362
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:										
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	-	54.981.418	36.110.258	15.003.653	9.492.044	10.224.598	2.423.571	-	-	128.235.542
Amortização do exercício	-	4.492.339	3.116.242	9.846.938	772.263	520.182	277.946	-	-	19.025.910
Alienações, abates e transferências	-	94.660	-1.669.303	-10.874.530	-534.355	-3.011.652	-44.600	-	-	-16.039.780
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	-	59.568.417	37.557.197	13.976.061	9.729.952	7.733.128	2.656.917	-	-	131.221.672
Valor líquido	27.905.332	49.693.559	16.334.583	29.057.790	913.739	1.066.589	1.444.162	5.778.286	395.650	132.589.690

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, o Grupo transferiu o montante de 6.710.000 Euros do seu imobilizado corpóreo (das rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”) para a rubrica “Propriedades de investimento”, em virtude dos referidos imóveis terem cessado a sua utilização para o desenvolvimento da actividade operacional do Grupo, tendo passado a ser arrendados a entidades externas (Nota 10).

10. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2006 a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a activos imobiliários detidos pelo Grupo que se encontram a gerar rendimento através do respectivo arrendamento ou para valorização. Estes activos encontram-se registados ao custo de aquisição (Nota 9).

Os proveitos associados às Propriedades de investimento encontram-se registados na rubrica “Proveitos financeiros” e ascenderam a 779.224 Euros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 (Nota 34).

Adicionalmente, de acordo com avaliações externas actuais, efectuadas por entidades especializadas independentes, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascende a, aproximadamente, 14,4 milhões de Euros.

11. INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica pode ser decomposta como segue:

	NÃO CORRENTES	
	Dez-06	Dez-05
<u>Investimentos em empresas associadas</u>		
Saldo em 1 de Janeiro	2.691.701	2.479.739
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial ao resultado líquido do exercício (Nota 34)	874.322	583.983
Dividendos Recebidos	-466.564	-266.667
Constituição de prestações suplementares	-	70.000
Outras regularizações	-79	-175.354
	3.099.380	2.691.701
Activos detidos para venda (Nota 18)	-2.000.412	
Saldo em 31 de Dezembro	1.098.968	2.691.701
<u>Investimentos disponíveis para venda</u>		
Justo valor em 1 de Janeiro	12.774.764	7.222.327
Aumento/(diminuição) no justo valor	4.308.023	5.535.350
Outras regularizações	-74.271	17.087
Justo valor em 31 de Dezembro	17.008.516	12.774.764
Activos detidos para venda	-41.491	
Saldo em 31 de Dezembro	16.967.025	12.774.764

Os “Investimentos disponíveis para venda” incluem o montante de 15.698.383 Euros correspondente a acções de sociedades cotadas na Euronext Lisboa, estando os mesmos registados ao seu justo valor. Os restantes “Investimentos disponíveis para venda” representam investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, sendo que o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

Adicionalmente, o efeito no capital próprio no exercício de 2006 do registo dos investimentos disponíveis para venda ao seu justo valor pode ser resumido como segue:

	Dez-06
Aumento no justo valor	4.308.023
Imposto diferido passivo (Nota 16)	-1.086.272
	<u>3.221.751</u>

12. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Dez-06	Dez-05
Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	14.805.795	17.020.992
Produtos e Trabalhos em Curso	9.869.319	11.301.439
Produtos Acabados e Intermédios	6.196.617	9.755.843
Mercadorias	69.250.201	79.239.858
	100.121.932	117.318.132
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 27)	-5.023.768	-6.634.613
	95.098.164	110.683.519

O custo das vendas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foi apurado como segue:

	Dez-06			Dez-05		
	Mercadorias	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	Total
Existências Iniciais	79.239.858	17.020.992	96.260.850	97.652.844	15.798.314	113.451.158
Compras Líquidas	334.236.174	95.646.952	429.883.126	294.437.189	90.741.910	385.179.099
Existências Finais	78.255.060	19.531.478	97.786.538	79.239.858	17.020.992	96.260.850
Total	335.220.972	93.136.466	428.357.438	312.850.175	89.519.232	402.369.407
Activos detidos para venda	24.780.197	36.039.175	60.819.372	16.756.476	32.171.622	48.928.098
Total	310.440.775	57.097.291	367.538.066	296.093.699	57.347.610	353.441.309

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foi apurada como segue:

	Produtos acabados, intermédios e produtos e trabalhos em curso	
	Dez-06	Dez-05
Existências finais	21.104.208	21.057.282
Regularização de existências	-336.997	-807.644
Existências iniciais	21.057.282	19.866.554
Total	-290.071	383.084
Varição de produção de Activos detidos para venda	-515.871	1.983.517
	-805.942	2.366.601

13. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ACTIVOS CORRENTES		ACTIVOS NÃO CORRENTES	
	Dez-06	Dez-05	Dez-06	Dez-05
Cientes, conta corrente	71.746.563	72.908.520	4.400.995	2.715.192
Cientes, letras a receber	152.257	271.859	-	-
Cientes cobrança duvidosa	10.694.437	13.743.315	-	-
	82.593.256	86.923.694	4.400.995	2.715.192
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 27)	-11.330.336	-15.102.692	-2.498.141	-2.498.141
	71.262.920	71.821.002	1.902.854	217.051

As contas a receber de clientes classificadas como activos não correntes incluem o montante de 2.498.141 Euros a receber da filial STEIA, para o qual se encontra registada uma perda por imparidade de 2.498.141 Euros. Adicionalmente, esta rubrica inclui um montante de 1.902.854 Euros a receber de clientes da subsidiária Salvador Caetano – Comércio Automóveis, S.A., no âmbito de acordos de pagamento de dívidas em prestações (cujos prazos variam entre 1 e 6 anos).

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no Balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. O Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

14. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ACTIVOS CORRENTES		ACTIVOS NÃO CORRENTES	
	Dez-06	Dez-05	Dez-06	Dez-05
Empréstimos Empresas Associadas	2.237.339	1.237.339	-	-
Outras Empresas	-	-	1.111.072	1.111.072
Adiantam. a fornecedores	33.690	363.289	-	-
Estado e outros entes públicos	1.592.610	4.134.681	-	-
Outros devedores	1.335.381	1.705.284	-	-
	5.199.020	7.440.593	1.111.072	1.111.072

Em 31 de Dezembro de 2006 a rubrica “Empresas Associadas” é composta pelos seguintes empréstimos concedidos a empresas associadas:

Auto Partner S.G.P.S., S.A.	1.237.339
Auto Partner – Comércio de Automóveis, S.A.	1.000.000

	2.237.339
	=====

A rubrica “Outras Empresas” é integralmente constituída por um empréstimo de longo prazo concedido à participada GE Capital, o qual não vence juros.

Adicionalmente, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” inclui o montante de, aproximadamente, 1.525.000 Euros respeitante a IVA a recuperar.

15. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Dez-06	Dez-05
Acréscimos de proveitos		
Reclamações de Garantia	638.201	600.095
Comparticipação em Frotas e Campanhas	85.253	523.063
Rendas	686.657	141.401
Consultoria	500.483	
Comissões		93.791
Subsídios à formação	155.670	63.287
Outros	282.198	296.488
	2.348.462	1.718.125
Custos diferidos		
Juros	482.376	368.226
Seguros	286.969	331.550
Custos oficiais	151.366	214.911
Licenças Informaticas/Aluguer de equipamento	8.089	66.448
Garantias	76.602	10.831
Outros	246.430	362.371
	1.251.832	1.354.338
Total	3.600.294	3.072.462

16. IMPOSTOS E IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos montantes e natureza dos activos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, podem ser resumidos como segue:

	2006				
	Dez-05	Outras variações	Impacto em Resultados	Impacto em Capitais Próprios	Dez-06
<u>Impostos diferidos activos:</u>					
Provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	1.407.723	-	(231.638)	-	1.176.085
Alteração taxa de tributação	-	-	(42.739)	-	(42.739)
Prejuízos fiscais reportáveis	1.066.246	20.626	(935.934)	-	150.938
Alteração taxa de tributação	-	-	(5.489)	-	(5.489)
Responsabilidades por pensões (Nota 26)	801.899	-	-	-	801.899
Alteração taxa de tributação	-	-	(29.160)	-	(29.160)
Efeito da conversão para os IFRS:					
Anulação de imobilizações	466.913	-	(42.487)	-	424.426
Alteração taxa de tributação	-	-	(32.834)	-	(32.834)
Anulação de custos diferidos	111.437	-	(27.579)	-	83.858
Alteração taxa de tributação	-	-	(3.893)	-	(3.893)
Valorização de instrumentos derivados	36.237	-	(28.826)	-	7.411
Alteração taxa de tributação	-	-	(1.318)	-	(1.318)
	<u>3.890.455</u>	<u>20.626</u>	<u>(1.381.896)</u>	<u>-</u>	<u>2.529.185</u>
Operações descontinuadas		(16.670)	55.634		38.964
Operações continuadas	<u>3.890.455</u>	<u>37.296</u>	<u>(1.437.530)</u>	<u>-</u>	<u>2.490.221</u>
<u>Passivos por impostos diferidos :</u>					
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.507.995)	14.621	80.312	-	(1.413.062)
Alteração taxa de tributação	-	-	44.377	8.492	52.869
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(816.642)	-	92.329	-	(724.313)
Alteração taxa de tributação	-	-	26.339	-	26.339
Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(353.099)	-	40.576	-	(312.523)
Alteração taxa de tributação	-	-	11.364	-	11.364
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	-	-	(55.006)	-	(55.006)
Efeito da conversão para os IFRS:					
Imputação do justo valor de investimentos financeiros	(1.522.221)	-	-	(1.184.706)	(2.706.927)
Alteração taxa de tributação	-	-	-	98.434	98.434
	<u>(4.199.957)</u>	<u>14.621</u>	<u>240.291</u>	<u>(1.077.780)</u>	<u>(5.022.825)</u>
Efeito líquido - operações continuadas (Nota 29)		<u>51.917</u>	<u>(1.197.239)</u>	<u>(1.077.780)</u>	

	2005			
	Dez-04	Impacto em Resultados	Impacto em Capitais Próprios	Dez-05
<u>Impostos diferidos activos:</u>				
Provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	1.540.763	(133.040)	-	1.407.723
Prejuízos fiscais reportáveis	1.398.198	(331.952)	-	1.066.246
Responsabilidades por pensões (Nota 26)	-	-	801.999	801.899
Efeito da conversão para os IFRS:				
Anulação de imobilizações	355.481	111.191	241	466.913
Anulação de custos diferidos	65.505	45.932	-	111.437
Valorização de instrumentos derivados	-	(185.643)	221.880	36.237
	<u>3.359.947</u>	<u>(493.512)</u>	<u>1.024.120</u>	<u>3.890.455</u>
<u>Passivos por impostos diferidos :</u>				
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.591.907)	83.912	-	(1.507.995)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(915.883)	99.241	-	(816.642)
Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(393.675)	40.576	-	(353.099)
Efeito da conversão para os IFRS:				
Imputação do justo valor de investimentos financeiros	-	-	(1.522.221)	(1.522.221)
	<u>(2.901.465)</u>	<u>223.729</u>	<u>(1.522.221)</u>	<u>(4.199.957)</u>
Efeito líquido (Nota 29)		<u>(269.783)</u>	<u>(498.101)</u>	

Como resultado da alteração introduzida em Portugal pela “Lei das Finanças Locais” sobre as normas de cálculo da derrama, a vigorar a partir de 2007, durante o exercício de 2006, o Grupo procedeu à alteração da Taxa de imposto sobre o rendimento para efeitos de cálculo de activos e passivos por impostos diferidos, passando a utilizar a taxa de 26,5% (25% no caso dos activos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais reportáveis).

Nos termos da legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as empresas do Grupo que tinham prejuízos fiscais reportáveis relativamente aos quais foram registados activos por impostos diferidos eram como segue:

Com limite de data de utilização	Dez-06		Dez-05		Data limite de utilização
	Prejuízo fiscal	Impostos diferidos activos	Prejuízo fiscal	Impostos diferidos activos	
<u>Geradas em 2001</u>					
- Salvador Caetano - Comércio Automóveis, S.A.	-	-	439.197	141.461	2007
<u>Geradas em 2002</u>					
- Salvador Caetano - Comércio Automóveis, S.A.	-	-	776.109	213.430	2008
- IPE - Indústria Produtora de Espumas, S.A.	581.796	145.449	548.862	150.937	2008
<u>Geradas em 2003</u>					
- Salvador Caetano - Comércio Automóveis, S.A.	-	-	2.037.882	560.418	2009
	<u>581.796</u>	<u>145.449</u>	<u>3.802.050</u>	<u>1.066.246</u>	

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2006 as seguintes empresas do Grupo tinham prejuízos fiscais reportáveis os quais, numa óptica de prudência, não foram considerados no cálculo dos activos por impostos diferidos:

	Dez-06	Data limite de utilização
<u>Geradas em 2002</u>		
- Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	584.937	2008
<u>Geradas em 2003</u>		
- Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	73.125	2009
- IPE - Indústria Produtora de Espumas, S.A.	65.744	2009
<u>Geradas em 2004</u>		
- IPE - Indústria Produtora de Espumas, S.A.	641.587	2010
<u>Geradas em 2005</u>		
- IPE - Indústria Produtora de Espumas, S.A.	315.793	2011
	<u>1.681.186</u>	

A subsidiária Portianga – Comércio Internacional e Participações, S.A. está incluída no grupo de subsidiárias que serão alienadas no exercício de 2007 (Nota 18).

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos activos e passivos por impostos diferidos foram as seguintes:

País origem da filial:	Taxa de imposto	
	31.12.2006	31.12.2005
Portugal	26,5%/25%	27,5%
Espanha	32,5%/30%	35,0%
Cabo Verde	35,0%	35,0%
Inglaterra	30,0%	30,0%
Angola	35,0%	35,0%

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Toyota Caetano e empresas do Grupo e Associadas sedeadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2003 a 2006 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de dez anos até ao ano de 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspecção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, as empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

17. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	Dez-06	Dez-05
Numerário	477.207	348.950
Depósitos bancários	17.685.499	15.979.348
Equivalentes a Caixa	13.119	4.960
	<u>18.175.825</u>	<u>16.333.258</u>
Relativos a operações descontinuadas (Nota 18)	9.369.977	
	<u>8.805.848</u>	<u>16.333.258</u>

18. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 13 de Outubro de 2006, o Conselho de Administração anunciou a intenção de alienar em 2 de Janeiro de 2007 todos os negócios não Toyota detidos directa e indirectamente pelo Grupo como forma de garantir uma cada vez maior concentração de esforços no negócio Toyota, e assim assegurar à marca e em Portugal um crescimento condizente com a notoriedade que já detém ao nível de quase todos os outros mercados mundiais.

A referida intenção foi aprovada em Assembleia Geral de Accionistas realizada em 20 de Novembro de 2006 e será concretizada no início de 2007 pela alienação do negócio não Toyota, nomeadamente as actividades de revestimentos e de prestação de serviços conexos da Divisão Fabril do Carregado da Toyota Caetano Portugal, S.A. e, ainda, o conjunto de participações financeiras, directas e indirectas, em empresas que não se dedicam ao ramo Toyota. Assim, as participações financeiras que serão objecto de alienação à empresa Grupo Salvador Caetano S.G.P.S., S.A. (anteriormente designada por Fogeca – Gestão e Controlo, S.G.P.S., S.A.) principal accionista do Grupo (Nota 19)) em 2007 são as seguintes:

- Portianga, S.A. (“Portianga”)
- Caetanobus-Fabricação de Carroçarias, S.A. (“Caetanobus”)
- Salvador Caetano (Espanha), S.A. (Salvador Caetano Espanha”)
- Contrac GMBH (“Contrac”)
- Salvador Caetano (Moçambique), S.A.R.L. (“Salvador Caetano Moçambique”)
- Caetano UK, Ltd. (“Caetano UK”, ex-Salvador Caetano Coachbuilders, Ltd.)
- Reliant Coaches, Ltd. (“Reliant Coaches”)
- Forcabo – Veículos Automóveis, Lda. (“Forcabo”)
- Indicabo – Veículos Automóveis, Lda. (“Indicabo”)
- Transcom, S.A.R.L.

O valor global da alienação das participações financeiras acima referidas e, deste modo, de todos os activos e passivos afectos a essas entidades, ascende a, aproximadamente, 17.647.000 Euros.

Adicionalmente, e em conformidade com a deliberação, o conjunto dos bens activos, com todos os direitos inerentes, nomeadamente direitos de propriedade intelectual e licenças, e dos passivos afectos à Divisão Fabril do Carregado, será igualmente alienado pelo montante de 8.850.000 Euros.

No reconhecimento inicial da reclassificação como Activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda, o Grupo não reconheceu qualquer perda de imparidade.

O detalhe dos activos e passivos a alienar reclassificados é como segue:

<u>Activos detidos para venda</u>	<u>Dez-06</u>
Imobilizações incorpóreas (Nota 8)	593.029
Imobilizações corpóreas (Nota 9)	24.720.153
Propriedade de investimento	368.090
Investimentos em empresas associadas (Nota 11)	2.000.412
Existências	17.024.410
Dívidas de terceiros	11.278.916
Outros activos	4.142.479
Caixa e equivalentes a caixa	9.369.977
	<u>69.497.466</u>
<u>Passivos associados a activos detidos para venda</u>	<u>Dez-06</u>
Empréstimos bancários	28.613.888
Dívidas a terceiros	14.075.510
Responsabilidades por pensões (Nota 26)	802.449
Outros passivos	3.244.551
	<u>46.736.398</u>

O detalhe do resultado combinado das operações descontinuadas incluído na demonstração dos resultados é como segue:

	<u>Dez-06</u>
Proveitos operacionais	101.352.430
Custos operacionais	<u>98.964.877</u>
Resultado operacional	<u>2.387.553</u>
Resultados financeiros	<u>(833.810)</u>
Resultados antes de impostos	<u>1.553.743</u>
Impostos sobre o rendimento	<u>(950.191)</u>
Resultado líquido do exercício	<u>603.552</u>

O detalhe dos fluxos de caixa das operações descontinuadas incluído na demonstração dos fluxos de caixa é como segue:

	<u>Dez-06</u>
Fluxos líquidos das actividades operacionais	1.015.329
Fluxos líquidos das actividades de investimento	-947.593
Fluxos líquidos das actividades de financiamento	12.039.297
	<u>12.107.033</u>

19. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2006 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 acções ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas colectivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Grupo Salvador Caetano S.G.P.S., S.A
(anteriormente designada Fogeca – Gestão e Controle (S.G.P.S.), S.A.) 60%
- Toyota Motor Corporation 27%

20. INTERESSES MINORITÁRIOS

O movimento desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foi como segue:

	Dez-06	Dez-05
Saldo inicial em 1 de Janeiro	3.238.297	3.599.541
Varição resultante da variação cambial	-	51.109
Outros	2.885	-229.399
Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários	1.044.393	-182.954
	<u>4.285.575</u>	<u>3.238.297</u>

21. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	Dez-06			Dez-05		
	Corrente	Não Corrente	TOTAL	Corrente	Não Corrente	TOTAL
Empréstimos Bancários	100.669.500	8.000.000	108.669.500	100.926.324	30.706.403	131.632.727
Descobertos Bancários	2.060.786	-	2.060.786	2.832.474	-	2.832.474
Empréstimo Obrigacionista	3.750.000	-	3.750.000	3.750.000	3.750.000	7.500.000
	<u>106.480.286</u>	<u>8.000.000</u>	<u>114.480.286</u>	<u>107.508.798</u>	<u>34.456.403</u>	<u>141.965.201</u>

Em 11 de Junho de 2002 a Salvador Caetano - IMVT, S.A. contraiu um empréstimo obrigacionista no montante de 15.000.000 Euros, por um prazo de 5 anos, com um valor nominal de 10 Euros por obrigação, indexada à taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1,15 pontos percentuais. Os juros vencem-se semestral e postecipadamente, vencendo-se o 1º cupão em 11 de Dezembro de 2002. O reembolso será efectuado através de 4 prestações iguais nas datas de pagamento dos 4º, 6º, 8º e 10º cupão, podendo ser efectuado o reembolso total ou parcial antecipado do seguinte modo:

- “Call Options”- a partir da 2ª data do pagamento de juros (Junho de 2003)
- “Put Options”- a partir da 6ª data de pagamento de juros (Junho de 2005)

A rubrica de “Empréstimos bancários” classificada como não corrente diz respeito inteiramente a um Programa de Papel Comercial, com um prazo de 5 ano (até 31 de Março de 2011), sendo intenção do Conselho de Administração manter a utilização deste empréstimo no médio/longo prazo.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros de cobertura utilizados pelo Grupo existentes em 31 de Dezembro de 2006, respeitam, fundamentalmente, a “swaps” contraídos com o objectivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos cujo justo valor naquela data, determinado com base em avaliações externas, ascendia a 97.195 Euros (577.883 Euros em 2005). Estes instrumentos financeiros derivados não foram considerados “de cobertura” em virtude de não cumprirem integralmente com os requisitos previstos no IAS 39.

23. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2006 esta rubrica era composta apenas por saldos correntes a pagar a fornecedores.

24. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Dez-06	Dez-05
Estado e outros Entes Públicos:		
Retenção de impostos sobre o Rendimento	407.027	431.822
Imposto sobre o Valor Acrescentado	9.298.652	6.445.843
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (imposto estimado)	3.277.205	3.003.628
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (pagamentos por conta e ret. fonte)	-2.063.146	-40.000
Imposto Automóvel	3.600.923	4.288.198
Direitos aduaneiros	1.359.393	911.765
Contribuições para a Segurança Social	773.510	974.112
Outros	209.712	116.217
	<u>16.863.277</u>	<u>16.131.585</u>
Accionistas	28.021	29.132
Adiantamentos de Clientes	750.052	1.058.282
Fornecedores de Imobilizado, conta-corrente	840.141	45.794
Outros Credores	1.104.918	1.364.842
	<u>19.586.408</u>	<u>18.629.635</u>

25. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	Dez-06	Dez-05
Acréscimos de custos		
Encargos com férias e subsídios de férias	5.594.722	7.416.479
Imposto Automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	1.655.988	1.605.637
Custeios antecipados	2.397.613	1.398.585
Reclamações de garantia	1.154.871	1.028.124
Juros a liquidar	1.156.212	842.487
Campanhas publicitárias e promoção vendas	499.592	784.844
Comissões a liquidar	110.031	404.250
Seguros a liquidar	66.663	223.509
Outros	607.710	1.350.410
	13.243.402	15.054.324
Proveitos diferidos		
Juros debitados a clientes	252.639	203.002
Rappel	439.527	22.947
Subsídios para investimentos	5.885	16.977
Outros	408.363	35.463
	1.106.414	278.388
Total	14.349.816	15.332.711

26. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

De acordo com o estudo actuarial realizado pela sociedade gestora do Fundo reportado 31 de Dezembro de 2006 as responsabilidades do mesmo ascendem a 46,3 milhões de Euros, as quais se encontram cobertas pelo valor patrimonial do Fundo (aproximadamente 39,8 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2006) e pelo valor registado na rubrica do balanço “Responsabilidades por pensões” no montante de 4,7 milhões de Euros. Os pressupostos actuariais utilizados pela sociedade gestora incluem, o método de cálculo “Projected Unit Credit”, as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 88/90 e SuisseRe, respectivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de desconto de 2%, 0% e 5%, respectivamente.

Adicionalmente, durante o exercício de 2006 foi efectuada uma dotação para reforço do Fundo em apreço, que ascendeu a um montante de, aproximadamente 1.228 milhares de Euros, o qual se encontra registado na rubrica da demonstração dos resultados “Custos com o pessoal”.

Gostaríamos no entanto salientar que, face à conjuntura económica que se vive actualmente, e às responsabilidades crescentes que uma estrutura fundiária como a nossa acarreta para o conjunto de empresas que o compõem, foi em 19 de Dezembro de 2006 solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, S.A.) que encetasse junto do ISP-Instituto de Seguros de Portugal as necessárias demarches tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um plano de “benefício definido” a um plano de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Mais se informa que, no caso de esta pretensão do conjunto de Associados do fundo não puder ser aceite por razões de ordem legal ou outras, não restará outra alternativa que não seja a liquidação do Fundo de Pensões Salvador Caetano nos termos constantes e definidos no seu Contrato Constitutivo.

Face ao acima referido, o Conselho de Administração da Toyota Caetano entendeu não proceder ao reforço adicional do Fundo de Pensões (através de dotações ou reforço de provisões) até ao montante das responsabilidades totais por serviços passados, uma vez que o nível mínimo de financiamento se encontra coberto.

O detalhe das responsabilidades por pensões e respectivos activos do Fundo de Pensões é como segue:

Com limite de data de utilização	Dez-06		
	Responsabilidades por pensões	Activos do Fundo de Pensões	Provisão contabilística
Relativos a operações continuadas	38.742.371	33.320.569	3.862.549
Relativos a operações descontinuadas (Nota 18)	7.569.704	6.515.605	802.449
	<u>46.312.075</u>	<u>39.836.174</u>	<u>4.664.998</u>

27. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foi o seguinte:

Rubricas	Saldos iniciais	Aumentos	Utilizações e diminuições	Outras regularizações	Total	Provisões afectas a activos detidos para venda	Saldos finais
Perdas de imparidade acumuladas investimentos	1.441.529	81.015	-	(6.744)	1.515.800	-374.098	1.141.702
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	17.600.833	331.089	-63.499	-298.290	17.570.133	-3.741.656	13.828.477
Perdas de imparidade acumuladas em existências	6.634.613	726.588	-868.186	275.155	6.768.170	-1.744.402	5.023.768
Provisões	2.074.250	1.822.920	-490.784	(1.433.375)	1.973.011	-12.921	1.960.090

Dos aumentos de provisões ocorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, o montante de 1.810.000 Euros foi registado por contrapartida da rubrica da demonstração dos resultados “Custos com o pessoal”.

A coluna “Outras regularizações” da rubrica “Provisões” diz respeito ao pagamento de gratificações aos colaboradores no exercício de 2006, em função da performance atingida no exercício de 2006.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o detalhe da rubrica “Provisões” é como se segue:

Descrição	Dez-06	Dez-05
Gratificações aos colaboradores	1.810.000	1.433.375
Contingências fiscais	150.090	640.875
	<u>1.960.090</u>	<u>2.074.250</u>

28. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO CONSOLIDADO

Em 31 de Dezembro de 2006, o Grupo Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

Responsabilidades		
	Dez-06	Dez-05
Por Letras Descontadas	49.526	4.302
Por Créditos Abertos	183.544	69.300
Por Fianças Prestadas	20.366.510	14.847.889
	<u>20.599.580</u>	<u>14.921.491</u>

Adicionalmente, a Empresa responsabilizou-se por garantias bancárias destinadas à cobertura de linhas de crédito a utilizar por algumas Empresas do Grupo, como segue:

Entidade beneficiária da Garantia	Empresa Interligada	Valor
Lloyd's Bank PLC	Salvador Caetano (UK) Ltd. Caetano UK, Ltd. Reliant Coaches, Ltd.	£ 2.000.000
Deutsch Bank AG	Contrac, GMBH	€ 2.500.000

29. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 são detalhados como segue:

	Dez-06	Dez-05
Operações continuadas		
Imposto corrente	3.277.204	2.628.310
Imposto diferido (Nota16)	1.197.239	290.146
	4.474.443	2.918.456
Operações descontinuadas		
Imposto corrente	1.005.825	374.910
Imposto diferido	(55.634)	(20.363)
	950.191	354.547
	5.424.634	3.273.003

30. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	Dez-06	Dez-05
Resultado básico		
- operações continuadas	14.801.121	5.189.083
- operações descontinuadas	603.552	-600.698
Resultado diluído		
- operações continuadas	14.801.121	5.189.083
- operações descontinuadas	603.552	-600.698
Número de acções	35.000.000	35.000.000
Resultados por acção (básico e diluído)		
de operações continuadas	0,423	0,148
de operações descontinuadas	0,017	-0,017

31. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

No período findo em 31 de Dezembro de 2006 o detalhe do relato por segmentos foi o seguinte:

APRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS (Euros) Por Negócio Industrial e Não Industrial	Industrial		Não Industrial		Eliminações	Consolidado
	Mercado Nacional	Mercado Externo	Mercado Nacional	Mercado Externo		
RÉDITOS						
Vendas externas	95.210.168	105.341.237	550.394.355	66.506.054	-236.947.003	580.504.811
Vendas inter-segmentais						
Réditos Totais	95.210.168	105.341.237	550.394.355	66.506.054	-236.947.003	580.504.811
RESULTADOS						
Resultados segmentais e inter-segmentais	407.907	4.605.882	36.431.506	3.463.581	-7.569.903	37.338.973
Gastos da empresa não imputados	93.961.913	107.605.420	571.544.281	64.880.577	-247.394.125	590.598.066
Resultados Operacionais	1.656.161	2.341.698	15.281.580	5.089.058	2.877.219	27.245.717
Custos - juros	2.025.443	1.468.812	3.890.461	1.793.978	-543.440	8.635.254
Proveitos - juros	36.488	289.309	1.061.976	131.495	-174.748	1.344.520
Parte de lucros líquidos em associadas					874.323	874.323
Impostos s/ os lucros	80.867	45.695	3.374.022	1.259.541	664.509	5.424.634
Resultados de actividades ordinárias	-413.662	1.116.501	9.079.074	2.167.034	3.455.726	15.404.673
Resultado líquido com Interesses Minoritários	-413.662	1.116.501	9.079.074	2.167.034	3.455.726	15.404.673
OUTRAS INFORMAÇÕES						
Activos do segmento	140.961.086	17.366.731	180.391.520	22.021.978	-91.184.245	269.557.071
Investimento em Associadas					3.099.380	3.099.380
Activos da empresa não imputados	51.773.875	14.337.794	97.045.852	19.642.717	-64.789.199	118.011.039
Activos totais consolidados	192.734.962	31.704.525	277.437.372	41.664.695	-152.874.064	390.667.490
Passivo da empresa não imputados	106.766.046	27.509.482	171.943.403	24.174.677	-78.525.649	251.867.958
Passivos totais consolidados	106.766.046	27.509.482	171.943.403	24.174.677	-78.525.649	251.867.958
Dispendios de capital fixo	17.953.891	3.101.877	-757.165	1.778.166	-3.186.463	18.890.307
Depreciações	13.337.639	288.884	8.554.124	681.169	-1.546.801	21.315.015

Resultado líquido com Interesses Minoritários

Operações continuadas	-1.225.392	-2.875.634	9.079.074	1.555.206	8.267.869	14.801.121
Operações descontinuadas	811.730	3.992.135		611.828	-4.812.141	603.552

O segmento industrial inclui as operações de aluguer de automóveis sem condutor, tendo em conta o Decreto-lei nº 28/74 de 31 de Janeiro que assim considera aquele regime de exploração.

No segmento não industrial encontra-se essencialmente reflectida a actividade de importação, distribuição e comercialização de viaturas automóveis e peças.

32. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o número médio de pessoal foi o seguinte:

Pessoal	Dez-06	Dez-05
Empregados	1.677	1.751
Assalariados	1.259	1.270
	2.936	3.021

33. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E ACTIVIDADE

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, foi como segue:

Mercado	Dez-06		Dez-05	
	Valor	%	Valor	%
Nacional	434.900.023	89,73%	404.001.271	88,36%
Alemanha	242.665	0,05%	2.553.387	0,56%
Reino Unido	14.078.893	2,90%	15.066.933	3,30%
Espanha	-	0,00%	313.572	0,07%
Palop's	10.688.453	2,21%	9.195.788	2,01%
Outros Mercados	24.783.182	5,11%	26.110.027	5,71%
	484.693.216	100,00%	457.240.978	100,00%

Adicionalmente, a repartição das vendas e prestação de serviços por actividade é como segue:

Actividade	Dez-06		Dez-05	
	Valor	%	Valor	%
Veículos	407.916.305	84,16%	386.878.464	84,61%
Peças	50.539.485	10,43%	52.583.253	11,50%
Reparações	14.601.311	3,01%	17.214.464	3,76%
Outros	11.636.115	2,40%	564.797	0,12%
	484.693.216	100,00%	457.240.978	100,00%

34. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os resultados financeiros consolidados têm a seguinte composição:

Custos e Perdas	Dez' 06	Dez' 05
Juros Suportados	6.425.906	4.756.365
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	-	25.429
Perdas relativas a empresas associadas	9.551	23.441
Outros custos e perdas financeiros	421.223	460.273
Resultados financeiros	-5.582.600	-4.670.383
	1.274.080	595.125

Proveitos e Ganhos	Dez' 06	Dez' 05
Juros Obtidos	441.536	489.681
Rendimentos de Imóveis (Nota 10)	822.423	28.899
Ganhos de Participações de capital relativamente a associadas		59.158
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	10.121	17.387
	1.274.080	595.125

35. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Liquidações de Impostos:

Face às decisões favoráveis obtidas nos processos de impugnação judicial, referentes às liquidações adicionais em sede de IRC e referentes aos exercícios de 1995 e 1996 espera-se para breve a recuperação do remanescente das liquidações adicionais pagas e reconhecidas como custos em exercícios anteriores, acrescido dos respectivos juros compensatórios.

Simultaneamente, em relação à fiscalização efectuada aos exercícios de 1997, 1998 e 1999, encontram-se reclamadas as notas de liquidação adicionais em sede de IRC, ainda que pagas, no valor de Euros 1.769.511, dado a Empresa entender existirem razões legais válidas para estas contestações.

Em relação à fiscalização efectuada aos exercícios de 2001 e 2002 recebeu-se no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2006, notas de liquidações adicionais em IRC no montante de Euros 490.785, para as quais tinha sido constituída em períodos anteriores uma provisão (Nota 27).

36. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais na empresa Mãe no exercício de 2006 foram como segue:

Orgãos Sociais	Valor
Conselho de Administração	774.183

37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 16 de Março de 2007.

38. INFORMAÇÃO RELATIVA À ÁREA AMBIENTAL

O Grupo adopta as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objectivo de cumprir com a legislação vigente.

39. VEÍCULOS EM FIM DE VIDA

Em Setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma directiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de Julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 Janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Salvador Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efectivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto senão nulo.

Entretanto e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – Empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

Decorrente do processo de reestruturação mencionado na Nota Introdutória e Nota 18, o qual foi devidamente comunicado ao mercado através de uma Comunicação de Facto Relevante no dia 13 de Outubro de 2006, nos termos do disposto no art. 248 do Código dos Valores Mobiliários, foram por esta empresa alienadas directamente ou através de empresas suas participadas as seguintes participações/activos:

PARTICIPAÇÕES	EMPRESA ADQUIRENTE	VALOR
directa de Toyota Caetano Portugal SA		
Transcom, SARL	FOGECA-Gestão e Controlo (SGPS), SA	1
Salvador Caetano (Moçambique), SARL	FOGECA-Gestão e Controlo (SGPS), SA	1
directa de Saltano (SGPS) SA		
Salvador Caetano España, SA	FOGECA-Gestão e Controlo (SGPS), SA	1.006.000
Caetanobus-Fabricação Carroçarias, SA	FOGECA-Gestão e Controlo (SGPS), SA	4.880.000
Portianga-Comercio Internacional e Participações, SA	FOGECA-Gestão e Controlo (SGPS), SA	6.710.000
Contrac GMBH	FOGECA-Gestão e Controlo (SGPS), SA	1.233.000
Global S (SGPS), SA	FOGECA-Gestão e Controlo (SGPS), SA	1
directa de Cabo Verde Motors, SARL		
Indicabo-Veiculos Automoveis, Lda	FOGECA-Gestão e Controlo (SGPS), SA	1
Forcabo-Veiculos Automóveis, Lda	FOGECA-Gestão e Controlo (SGPS), SA	712.000
directa de Salvador Caetano-(UK), Ltd		
Reliant Coaches Ltd	FOGECA-Gestão e Controlo (SGPS), SA	1
SC Coachbuilders Ltd	FOGECA-Gestão e Controlo (SGPS), SA	3.106.000
ACTIVOS	EMPRESA ADQUIRENTE	VALOR
Divisão Fabril Carregado	Caetano Coatings-Revestimentos Auto e Industriais, SA	8.850.000

Das alienações acima referidas não resultarão perdas para o Grupo Toyota Caetano.

SALVADOR CAETANO - I.M.V.T., S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

	Reservas							Interesses minoritários	Resultado líquido	Total
	Capital social	Reservas legais	Reservas de reavaliação	Reservas de conversão cambial	Reservas de justo valor	Outras reservas	Total de reservas			
Saldos em 1 de Janeiro de 2005	35.000.000	5.921.603	6.187.307	56.089	-	63.648.521	75.813.520	3.599.541	5.008.326	119.421.387
Aplicação do resultado consolidado de 2004:										
Transferência para reserva legal	-	287.200	-	-	-	-	287.200	-	(287.200)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.100.000)	(2.100.000)
Transferência para Outras reservas	-	-	-	-	-	2.621.126	2.621.126	-	(2.621.126)	-
Variação nas reservas de conversão cambial	-	-	-	(387.929)	-	-	(387.929)	-	-	(387.929)
Alteração do justo valor de investimentos disponíveis para venda	-	-	-	-	4.013.129	-	4.013.129	-	-	4.013.129
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	4.771.339	4.771.339
Interesses minoritários no resultado	-	-	-	-	-	-	-	(182.953)	-	(182.953)
Outros	-	-	-	-	-	(1.453.794)	(1.453.794)	(178.291)	-	(1.632.085)
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	35.000.000	6.208.803	6.187.307	(331.840)	4.013.129	64.815.853	80.893.252	3.238.297	4.771.339	123.902.888
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	35.000.000	6.208.803	6.187.307	(331.840)	4.013.129	64.815.853	80.893.252	3.238.297	4.771.339	123.902.888
Aplicação do resultado consolidado de 2004:										
Transferência para reserva legal	-	360.000	-	-	-	-	360.000	-	(360.000)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.500.000)	(3.500.000)
Transferência para Outras reservas	-	-	-	-	-	911.339	911.339	-	(911.339)	-
Variação nas reservas de conversão cambial	-	-	-	(276.584)	-	-	(276.584)	-	-	(276.584)
Alteração do justo valor de investimentos disponíveis para venda	-	-	-	-	3.221.751	-	3.221.751	-	-	3.221.751
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	14.360.280	14.360.280
Interesses minoritários no resultado	-	-	-	-	-	-	-	1.044.393	-	1.044.393
Outros	-	-	7.877	-	-	58.540	66.417	2.885	-	69.302
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	35.000.000	6.568.803	6.195.184	(608.424)	7.234.880	65.785.732	85.176.175	4.285.575	14.360.280	138.822.030

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

O TÉCNICO DE CONTAS
ALBERTO LUÍS LEMA MANDIM

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SALVADOR FERNANDES CAETANO – Presidente
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS – Vice-Presidente
TETSUO AGATA
YOSHIMASA ISHII
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO
ANA MARIA MARTINS CAETANO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

(Euros)

ACTIVIDADES OPERACIONAIS	2006	2005
Recebimentos de Clientes	881.544.783	591.798.208
Pagamentos a Fornecedores	-763.288.514	-443.848.656
Pagamentos ao Pessoal	-47.314.096	-46.392.648
Fluxo gerado pelas Operações	70.942.173	101.556.904
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento	-3.922.918	-6.035.475
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Actividade Operacional	-61.776.923	-56.938.745
Fluxo das Actividades Operacionais	5.242.332	38.582.684

ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	2006	2005
Recebimentos provenientes de:		
Imobilizações Financeiras		
Imobilizações Corpóreas	20.568.442	14.157.513
Subsídios de Investimento	11.092	
Juros e Proveitos Similares	949.097	147.649
Dividendos		312.416
	21.528.631	14.617.578
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações Corpóreas	-14.443.861	-13.764.429
Imobilizações Incorpóreas	-73.104	-286.759
	-14.516.965	-14.051.188
Fluxo das Actividades de Investimento	7.011.666	566.390

ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2006	2005
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos Obtidos	32.713.143	11.932.053
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos Obtidos	-31.578.570	-44.209.872
Juros e Custos Similares	-7.815.606	-6.815.341
Dividendos	-3.528.021	-2.103.015
	-43.124.574	-53.128.228
Fluxo das Actividades de Financiamento	-10.411.431	-41.196.175

CAIXA E EQUIVALENTES	2006	2005
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período	16.333.258	18.380.359
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período	18.175.825	16.333.258
Varição de Caixa e Seus Equivalentes	1.842.567	-2.047.101

O TÉCNICO DE CONTAS
ALBERTO LUÍS LEMA MANDIM

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SALVADOR FERNANDES CAETANO – Presidente
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS – Vice-Presidente
TETSUO AGATA
YOSHIMASA ISHII
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO
ANA MARIA MARTINS CAETANO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas e ao Conselho de Administração da
Toyota Caetano Portugal, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Toyota Caetano Portugal, S.A. (anteriormente denominada Salvador Caetano – Indústrias Metalúrgicas e Veículos de Transporte, S.A.) (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa.

Acompanhámos com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Empresa, bem como das principais empresas englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa e das principais empresas englobadas na consolidação as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório Consolidado de Gestão do exercício de 2006 preparado pelo Conselho de Administração. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as contas consolidadas, que não inclui reservas.

Face ao exposto, e tendo em consideração o referido no parágrafo 6 da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, somos da opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa e das empresas participadas o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 16 de Março de 2007

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA
CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 da Toyota Caetano Portugal, S.A. (anteriormente denominada Salvador Caetano – Indústrias Metalúrgicas e Veículos de Transporte, S.A.) e subsidiárias, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006 que evidencia um total de 390.667.490 Euros e capitais próprios de 138.822.030 Euros, incluindo um resultado líquido de 14.360.280 Euros, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Toyota Caetano Portugal, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. Conforme referido na Nota Introdutória e na Nota 18 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos resultados consolidado, por deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 22 de Dezembro de 2006, foi decidido alienar com efeitos em 1 de Janeiro de 2007 todos os negócios “não Toyota” detidos directa e indirectamente pelo Grupo. Em virtude desta decisão, o Balanço consolidado e a Demonstração dos resultados consolidada do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 são apresentados em conformidade com a Norma Internacional de Relato Financeiro IFRS 5 – “ Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”, tendo a Demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 sido reexpressa de acordo com a mesma Norma, para efeitos de comparabilidade.

Porto, 16 de Março de 2007

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves